

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2019

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS 000 728/2018
DATA DE REGISTRO NO MTE: 14/06/2018
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR 023 356/2018
NÚMERO DO PROCESSO: 46218.007922/2018-31
DATA DO PROTOCOLO: 08/06/2018

SINDIBOMBEIROS/RS - SINDICATO DOS BOMBEIROS CIVIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 11.892.457/0001-74, neste ato representado (a) por seu Presidente, Sr(a). VILMAR OLIVEIRA DA ROSA;

E

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DE EMPRESAS DE RECURSOS HUMANOS, TRABALHO TEMPORÁRIO E TERCEIRIZADAS- FENASERHTT, CNPJ 07.179.649/0001-60 neste ato representado pelo seu Presidente Sr. VANDER MORALES;

Celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2018 a 31 de janeiro de 2019 e a data-base da categoria em 1º de fevereiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Bombeiros Civis**, com abrangência territorial em **Aceguá/RS, Agudo/RS, Ajuricaba/RS, Alecrim/RS, Alegrete/RS, Alegria/RS, Almirante Tamandaré do Sul/RS, Alpestre/RS, Alto Alegre/RS, Alto Feliz/RS, Alvorada/RS, Amaral Ferrador/RS, Ametista do Sul/RS, André da Rocha/RS, Anta Gorda/RS, Arambaré/RS, Araricá/RS, Aratiba/RS, Arroio do Meio/RS, Arroio do Padre/RS, Arroio do Sal/RS, Arroio do Tigre/RS, Arroio dos Ratos/RS, Arroio Grande/RS, Arvorezinha/RS, Augusto Pestana/RS, Áurea/RS, Bagé/RS, Balneário Pinhal/RS, Barão de Cotegipe/RS, Barão do Triunfo/RS, Barão/RS, Barra do Guarita/RS, Barra do Quaraí/RS, Barra do Ribeiro/RS, Barra do Rio Azul/RS, Barra Funda/RS, Barracão/RS, Barros Cassal/RS, Benjamin Constant do Sul/RS, Boa Vista das Missões/RS, Boa Vista do Buricá/RS, Boa Vista do Cadeado/RS, Boa Vista do Incra/RS, Boa Vista do Sul/RS, Bom Jesus/RS, Bom Progresso/RS, Bom Retiro do Sul/RS, Boqueirão do Leão/RS, Bossoroca/RS, Bozano/RS, Braga/RS, Brochier/RS, Butiá/RS, Caçapava do Sul/RS, Cacequi/RS, Cachoeira do Sul/RS, Cachoeirinha/RS, Cacique Doble/RS, Caibaté/RS, Caiçara/RS, Camaquã/RS, Camargo/RS, Cambará do Sul/RS, Campestre da Serra/RS, Campina das Missões/RS, Campinas do Sul/RS, Campo Novo/RS, Campos Borges/RS, Candelária/RS, Cândido Godói/RS, Candiota/RS, Canguçu/RS, Canoas/RS, Canudos do Vale/RS, Capão Bonito do Sul/RS, Capão da Canoa/RS, Capão do Cipó/RS, Capão do Leão/RS, Capitão/RS, Capivari do Sul/RS, Caraá/RS, Carlos Gomes/RS, Casca/RS, Caseiros/RS, Catuípe/RS, Caxias do Sul/RS, Centenário/RS, Cerrito/RS, Cerro Branco/RS, Cerro Grande do Sul/RS, Cerro Grande/RS, Cerro Largo/RS, Chapada/RS, Charqueadas/RS, Charrua/RS, Chiapetta/RS, Chuí/RS, Chuvisca/RS, Cidreira/RS, Colinas/RS, Colorado/RS, Condor/RS, Constantina/RS, Coqueiro Baixo/RS, Coqueiros do Sul/RS, Coronel Barros/RS, Coronel Bicaco/RS, Coronel Pilar/RS, Cotiporã/RS, Coxilha/RS, Crissiumal/RS, Cristal do Sul/RS, Cristal/RS, Cruz Alta/RS, Cruzaltense/RS, Cruzeiro do Sul/RS, David Canabarro/RS, Derrubadas/RS, Dezesseis de Novembro/RS, Dilermando de Aguiar/RS, Dois Irmãos das Missões/RS, Dois Lajeados/RS, Dom Feliciano/RS, Dom Pedrito/RS, Dom Pedro de Alcântara/RS, Dona Francisca/RS, Doutor Maurício Cardoso/RS, Doutor**

Ricardo/RS, Eldorado do Sul/RS, Encantado/RS, Encruzilhada do Sul/RS, Engenho Velho/RS, Entre-Ijuís/RS, Erebangó/RS, Erval Grande/RS, Erval Seco/RS, Esmeralda/RS, Esperança do Sul/RS, Espumoso/RS, Estação/RS, Esteio/RS, Estrela Velha/RS, Estrela/RS, Eugênio de Castro/RS, Fagundes Varela/RS, Faxinal do Soturno/RS, Faxinalzinho/RS, Fazenda Vilanova/RS, Floriano Peixoto/RS, Fontoura Xavier/RS, Formigueiro/RS, Forquetinha/RS, Fortaleza dos Valos/RS, Frederico Westphalen/RS, Garruchos/RS, Gaurama/RS, General Câmara/RS, Gentil/RS, Giruá/RS, Glorinha/RS, Gramado dos Loureiros/RS, Gramado Xavier/RS, Gravataí/RS, Guabiju/RS, Guaíba/RS, Guaporé/RS, Guarani das Missões/RS, Garibaldi/RS, Harmonia/RS, Herval/RS, Herveiras/RS, Horizontina/RS, Hulha Negra/RS, Humaitá/RS, Ibarama/RS, Ibiraiaras/RS, Ibirapuitã/RS, Ibirubá/RS, Ijuí/RS, Ilópolis/RS, Imbé/RS, Imigrante/RS, Independência/RS, Inhacorá/RS, Ipê/RS, Ipiranga do Sul/RS, Iraí/RS, Itaara/RS, Itacurubi/RS, Itapuca/RS, Itaqui/RS, Itati/RS, Itatiba do Sul/RS, Ivorá/RS, Jaboticaba/RS, Jacuizinho/RS, Jacutinga/RS, Jaguarão/RS, Jaguarí/RS, Jaquirana/RS, Jari/RS, Jóia/RS, Júlio de Castilhos/RS, Lagoa Bonita do Sul/RS, Lagoa dos Três Cantos/RS, Lagoão/RS, Lajeado do Bugre/RS, Lajeado/RS, Lavras do Sul/RS, Liberato Salzano/RS, Lindolfo Collor/RS, Linha Nova/RS, Maçambará/RS, Machadinho/RS, Mampituba/RS, Manoel Viana/RS, Maquiné/RS, Maratá/RS, Marcelino Ramos/RS, Mariana Pimentel/RS, Mariano Moro/RS, Marques de Souza/RS, Mata/RS, Mato Castelhano/RS, Mato Leitão/RS, Mato Queimado/RS, Maximiliano de Almeida/RS, Minas do Leão/RS, Miraguaí/RS, Montauri/RS, Monte Alegre dos Campos/RS, Monte Belo do Sul/RS, Mormaço/RS, Morrinhos do Sul/RS, Morro Redondo/RS, Morro Reuter/RS, Mostardas/RS, Muçum/RS, Muitos Capões/RS, Muliterno/RS, Não-Me-Toque/RS, Nicolau Vergueiro/RS, Nonoai/RS, Nova Alvorada/RS, Nova Araçá/RS, Nova Bassano/RS, Nova Boa Vista/RS, Nova Brésia/RS, Nova Candelária/RS, Nova Esperança do Sul/RS, Nova Pádua/RS, Nova Palma/RS, Nova Prata/RS, Nova Ramada/RS, Nova Roma do Sul/RS, Nova Santa Rita/RS, Novo Barreiro/RS, Novo Cabrais/RS, Novo Machado/RS, Novo Tiradentes/RS, Novo Xingu/RS, Nova Petrópolis/RS, Osório/RS, Paim Filho/RS, Palmares do Sul/RS, Palmeira das Missões/RS, Palmitinho/RS, Panambi/RS, Pantano Grande/RS, Paraí/RS, Paraíso do Sul/RS, Pareci Novo/RS, Passa Sete/RS, Passo do Sobrado/RS, Paulo Bento/RS, Paverama/RS, Pedras Altas/RS, Pedro Osório/RS, Pejuçara/RS, Pelotas/RS, Picada Café/RS, Pinhal da Serra/RS, Pinhal Grande/RS, Pinhal/RS, Pinheirinho do Vale/RS, Pinheiro Machado/RS, Pinto Bandeira/RS, Pirapó/RS, Piratini/RS, Planalto/RS, Poço das Antas/RS, Pontão/RS, Ponte Preta/RS, Portão/RS, Porto Alegre/RS, Porto Lucena/RS, Porto Mauá/RS, Porto Vera Cruz/RS, Porto Xavier/RS, Pouso Novo/RS, Presidente Lucena/RS, Progresso/RS, Protásio Alves/RS, Putinga/RS, Quaraí/RS, Quatro Irmãos/RS, Quevedos/RS, Quinze de Novembro/RS, Redentora/RS, Relvado/RS, Restinga Seca/RS, Rio dos Índios/RS, Rio Grande/RS, Rio Pardo/RS, Riozinho/RS, Roca Sales/RS, Rodeio Bonito/RS, Rolador/RS, Ronda Alta/RS, Rondinha/RS, Roque Gonzales/RS, Rosário do Sul/RS, Sagrada Família/RS, Saldanha Marinho/RS, Salto do Jacuí/RS, Salvador das Missões/RS, Salvador do Sul/RS, Sananduva/RS, Santa Bárbara do Sul/RS, Santa Cecília do Sul/RS, Santa Clara do Sul/RS, Santa Cruz do Sul/RS, Santa Margarida do Sul/RS, Santa Maria do Herval/RS, Santa Maria/RS, Santa Rosa/RS, Santa Tereza/RS, Santa Vitória do Palmar/RS, Santana da Boa Vista/RS, Santana do Livramento/RS, Santiago/RS, Santo Ângelo/RS, Santo Antônio da Patrulha/RS, Santo Antônio das Missões/RS, Santo Antônio do Palma/RS, Santo Antônio do Planalto/RS, Santo Augusto/RS, Santo Cristo/RS, Santo Expedito do Sul/RS, São Borja/RS, São Domingos do Sul/RS, São Francisco de Assis/RS, São Francisco de Paula/RS, São Gabriel/RS, São Jerônimo/RS, São João da Urtiga/RS, São João do Polêsine/RS, São Jorge/RS, São José das Missões/RS, São José do Herval/RS, São José do Hortêncio/RS, São José do Inhacorá/RS, São José do Norte/RS, São José do Ouro/RS, São José do Sul/RS, São José dos Ausentes/RS, São Lourenço do Sul/RS, São Luiz Gonzaga/RS, São Martinho da Serra/RS, São Martinho/RS, São Miguel das Missões/RS, São Nicolau/RS, São Paulo das Missões/RS, São Pedro da Serra/RS, São Pedro das Missões/RS, São Pedro do Butiá/RS, São Pedro do Sul/RS, São Sepé/RS, São Valentim do Sul/RS, São Valentim/RS, São Valério do Sul/RS, São Vendelino/RS, São Vicente do Sul/RS, Sarandi/RS, Seberi/RS, Sede Nova/RS, Segredo/RS, Selbach/RS, Senador Salgado Filho/RS, Sentinela do Sul/RS, Serafina Corrêa/RS, Sérico/RS, Sertão Santana/RS, Sertão/RS, Sete de Setembro/RS, Severiano de Almeida/RS, Silveira Martins/RS, Sinimbu/RS, Sobradinho/RS, Tabai/RS, Tapera/RS, Tapes/RS, Taquari/RS, Taquaruçu do Sul/RS, Tavares/RS, Tenente Portela/RS, Terra de Areia/RS, Teutônia/RS, Tio Hugo/RS, Tiradentes do Sul/RS, Toropi/RS, Torres/RS, Tramandai/RS, Travesseiro/RS, Três Arroios/RS, Três Cachoeiras/RS, Três de Maio/RS, Três Forquilhas/RS, Três Palmeiras/RS, Três Passos/RS, Trindade do Sul/RS, Tucunduva/RS, Tunas/RS, Tupanci do Sul/RS, Tupanciretã/RS, Tupandi/RS, Tuparendi/RS, Turuçu/RS, Ubiretama/RS, União da Serra/RS, Unistalda/RS,

Uruguaiana/RS, Vale do Sol/RS, Vale Real/RS, Vale Verde/RS, Vanini/RS, Venâncio Aires/RS, Vera Cruz/RS, Vespasiano Correa/RS, Viadutos/RS, Viamão/RS, Vicente Dutra/RS, Victor Graeff/RS, Vila Flores/RS, Vila Lângaro/RS, Vila Maria/RS, Vila Nova do Sul/RS, Vista Alegre do Prata/RS, Vista Alegre/RS, Vista Gaúcha/RS, Vitória das Missões/RS, Westfalia/RS e Xangri-lá/RS.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA – CORREÇÃO SALARIAL

É concedido aos empregados abrangidos por esta norma coletiva, a partir do dia **01.02.2018**, já incluído e tido como satisfeito qualquer resíduo passado e inflação até esta data, uma majoração salarial no percentual de **2%(Dois por cento)**, sobre o valor do salário-hora dos beneficiários dessa norma coletiva, reajustado em **01.02.2017**.

Parágrafo único: Em decorrência da majoração salarial concedida através desta convenção coletiva, o salário do bombeiro civil nível básico (CBO=5171-10) passa a ser:

a) R\$ 9,64 (Nove reais e sessenta quatro centavos) por hora; ou,

b) R\$ 1.736,31 (Um mil setecentos trinta seis reais trinta e um centavos) por mês de carga horária de mensalista pleno, ou seja 180h.

CLÁUSULA QUARTA – SALÁRIOS NORMATIVOS:

Em consequência ao estabelecido nesta CCT, a partir de 1º de fevereiro de 2018, passam a vigorar os seguintes salários profissionais.

Cargo	Hora	Mês
Bombeiro Civil, nível básico, combatente direto ou não do fogo CBO=5171-10	R\$ 9,64	R\$ 1.736,31
Bombeiro Civil de Aeródromo CBO=5171-05	R\$ 9,64	R\$ 1.736,31
Bombeiro Civil Florestal	R\$ 9,64	R\$ 1.736,31
Bombeiro Civil Florestal Líder, o formado como técnico em prevenção e combate a incêndio, em nível de ensino médio, comandante de guarnição em seu horário de trabalho. (9.95%)	R\$ 10,61	R\$ 1.910,53
Bombeiro Civil Líder, o formado como técnico em prevenção e combate a incêndio, em nível de ensino médio, comandante de guarnição em seu horário de trabalho. (9.95%)	R\$ 10,61	R\$ 1.910,53
Bombeiro Civil Mestre, o formado em engenharia com especialização em prevenção e combate a incêndio, responsável pelo Departamento de Prevenção e Combate a Incêndio. (284,88%)	R\$ 37,14	R\$ 6.685,88
Salva Vidas, Guarda Vidas, Salva Surf em Águas Abertas/Mar– CBO=5171-15 (civis)	R\$ 13,19	R\$ 2.638,99

Salva Vidas, Guarda Vidas, Salva Surf em Águas Internas/Lagos, Lagoas e Rios– CBO=5171-15 (civis)	R\$ 13,19	R\$ 2.638,99
Salva Vidas, Guarda Vidas, Salva Surf em Piscinas e Parques Aquáticos – CBO=5171-15 (civis)	R\$ 6,30	R\$ 1.260,34
Fiscal de Salva Vidas de Piscinas e Parques Aquáticos = CBO 5171-15 (civis)	R\$ 6,30	R\$ 1.260,34
Resgatista – CBO = 5151-35 (civis)	R\$ 9,64	R\$ 1.736,31
Socorrista – CBO = 5151-35 (civis)	R\$ 9,64	R\$ 1.736,31

Parágrafo Primeiro:

a) Quando o bombeiro civil, nível básico ou líder possuir curso específico de prevenção e combate à incêndio em aeronaves e, atuar em aeródromos, heliporto, heliponto, ele fará jus a uma gratificação em valor correspondente a **10% (Dez por cento)** do seu salário normativo, acima fixado.

b) Quando o bombeiro civil, nível básico ou líder, executar tarefas de caráter não habitual conforme lei federal 11.901/09, mas necessário para o complemento de suas atividade diárias como Bombeiro Civil no local, ele fará jus a uma gratificação de valor correspondente a **10% (Dez por cento)** do seu salário normativo acima fixado.

Parágrafo Segundo: Quando ao bombeiro civil, nível básico ou líder, for atribuída a função de condutor de viatura de combate a incêndio, veículo de emergência, veículo de assistência e transporte de bombeiros civis, ele fará jus a uma gratificação em valor correspondente a **20% (vinte por cento)** do salário normativo acima fixado.

Parágrafo Terceiro: Os salários normativos relacionados às funções de Bombeiros Civis correspondem a uma jornada de efetivo trabalho de 36 horas semanais, com escala de 12h sv x 36 h folga.

Parágrafo Quarto: Fica vedado ao Bombeiro Civil, exercer atividade privativa de outras categorias profissionais.

Parágrafo Quinto: As horas trabalhadas além das previstas na carga horária mensal, poderão compor um banco de horas e serem compensadas com folga em até no máximo cinco meses após a realização das mesmas, ou ainda pagas como horas extras com acréscimo de 50% da hora normal no mesmo período em dias normais e acréscimo de 100% da hora normal quando for escalado para cumprir serviço extra em feriados ou domingos.

Parágrafo Sexto: Os salários normativos relacionados às funções de , Salva Vidas Civis, Resgatistas Civis e Socorristas Civis , correspondem ao máximo uma jornada de efetivo trabalho de **44 h** semanais.

Parágrafo Sétimo: Fica ajustado que as empresas também poderão adotar o regime de Escala de Revezamento 12x36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso) para os Salva Vidas Civis, Resgatistas Civis e Socorristas Civis abrangidos por esta norma coletiva.

Parágrafo Oitavo: As empresas que trabalham com serviços eventuais terão que pagar uma diária equivalente ao valor de uma folga trabalhada, com base no piso salarial da categoria, vale transporte e vale refeição.

Parágrafo Nono: No cumprimento da escala 12 h x 36 h não serão devidas como extras as horas laboradas até o limite mensal de 200h para , os Salva Vidas Civis, Resgatistas Civis e Socorristas Civis .

Parágrafo Décimo: Respeitadas as **44h** semanais ou as 180h mensais, os Salva Vidas Civis, Resgatistas Civis e Socorristas Civis beneficiários desta Convenção Coletiva de Trabalho, poderão em regime de compensação horária, executar qualquer escala de trabalho nos moldes legais.

Parágrafo Décimo Primeiro: Quando os beneficiários desta norma coletiva, que desempenham as funções de Salva Vidas Civis, Resgatistas Civis e Socorristas Civis atuarem na condução de lancha, moto náutica, quadriciclo, pick-up de resgate ou outro veículo de emergência farão jus a uma gratificação em valor correspondente a **20% (vinte por cento)** de seu salário normativo.

Parágrafo Décimo Segundo: As gratificações acima definidas serão devidas **tão somente** enquanto estiverem executando as funções que lhes correspondem, cessando este pagamento caso ocorra remanejamento de função, ou retorno a função de origem, para a qual não esta prevista gratificação.

Parágrafo Décimo Terceiro: As gratificações previstas nesta cláusula substituem as gratificações praticadas por liberalidade pelas empresas, salvo se essas últimas forem mais benéficas aos trabalhadores, caso em que as empresas deverão mantê-las em lugar das aqui fixadas.

Parágrafo Décimo Quarto: Poderá o Sindicato laboral firmar Acordos Individuais com empresas que executem ou não atividades de bombeiros civis, quando existir fatos ou situações peculiares, devendo a **FENASERHTT** ser previamente comunicado, podendo acompanhar as negociações se julgar necessário.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - CORREÇÃO SALARIAL

É concedido aos empregados abrangidos por esta norma coletiva, a partir do dia **01.02.2018**, já incluído e tido como satisfeito qualquer resíduo passado e inflação até esta data, uma majoração salarial no percentual de **2 % (Dois por cento)**, sobre o valor do salário hora dos beneficiários dessa norma coletiva reajustado em **01.02.2017**.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

As empresas poderão efetuar o pagamento do salário através de depósitos bancários, em conta própria do trabalhador, independente de sua autorização.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO MENSAL DE SALÁRIOS

Serão fornecidos, obrigatoriamente, demonstrativos de pagamento, com a discriminação das horas trabalhadas e de todos os títulos que compõem a remuneração, importâncias pagas e descontos efetuados, contendo identificação da empresa e o valor do depósito do FGTS.

Parágrafo Único: O aqui previsto poderá ser satisfeito pelos extratos bancários que fornecem este tipo de informação.

CLÁUSULA OITAVA - ATRASOS DE PAGAMENTOS

O não pagamento sem motivos justificados dos salários até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalho acarretará em multa de 0,5% (meio por cento) do salário devido, por dia de atraso, revertida esta em favor do empregado prejudicado. A mesma multa será aplicada quando do atraso do 13º Salário.

Descontos Salariais

CLÁUSULA NONA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica permitido às empresas abrangidas por esta convenção coletiva do trabalho o desconto em folha de pagamento dos valores correspondentes a participação do empregado nos custos de alimentação, convênios com supermercados, farmácias, agremiações, e outros, quando expressamente autorizados pelo empregado.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Aos empregados que prestam ou que venham a prestar serviços em condições insalubres devidamente comprovadas, farão jus a um adicional, incidente conforme prevê a CLT, correspondente a 40% (quarenta por cento) no grau de risco máximo, 20% (vinte por cento) no grau de risco médio e 10% (dez por cento) no grau de risco mínimo, deixando de perceber o respectivo adicional quando deixar de prestar serviços em condições insalubres, conforme reza a lei.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

De acordo com o inciso III do artigo 6º da Lei 11.901/2009, serão assegurados aos empregados abrangidos por esta norma coletiva a percepção do adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) sobre o seu salário nominal mensal, sem os acréscimos resultantes de gratificação, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REFLEXOS DE HORAS EXTRAS / ADICIONAL NOTURNO

As empresas deverão fazer incidir a média das horas extras e do adicional noturno, para cálculo e pagamento das férias, 13º salário e repousos semanais remunerados devidos aos empregados,

inclusive nas rescisões contratuais.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Aos empregados representados pelo sindicato profissional que firma a presente CCT - Convenção Coletiva do Trabalho, durante o tempo de sua vigência, será concedida alimentação/refeição por dia de efetivo serviço, em jornada diária superior a 360 (trezentos e sessenta minutos), através do PAT.

Parágrafo primeiro: Ficam as empresas obrigadas a manter a concessão da refeição/alimentação para os trabalhadores que vinham percebendo este benefício em jornada inferior ou igual a 360 minutos.

Parágrafo segundo: A refeição/alimentação, aqui prevista, poderá ser satisfeita através do fornecimento de refeições junto a empregadora, junto ao tomador dos serviços, ou junto a terceiros. Poderá, ainda, ser satisfeita com o fornecimento de vales alimentação e/ou refeição, créditos em cartões magnéticos para este fim, ou qualquer outro sistema que corresponda ao benefício instituído por esta cláusula. Se este benefício já estiver sendo concedido considera-se cumprida a disposição desta cláusula.

Parágrafo terceiro: Qualquer que seja a modalidade de satisfação do benefício aqui instituído, o empregado participará do seu custeio com valor correspondente a **20%** do seu custo, pelo que, ficam seus empregadores, desde já, autorizados a proceder ao desconto deste valor nos salários dos seus empregados que receberem este benefício.

Parágrafo quarto: O benefício ora instituído não tem natureza salarial. Estabelecem, assim, que esse benefício não se reflete e nem serve como base de cálculo para qualquer outra parcela salarial ou remuneratória, tais como, hora normal, horas extras, adicional noturno, hora reduzida noturna, 13º salário, férias, aviso prévio, indenização adicional, etc.

Parágrafo quinto: O benefício da alimentação/refeição aqui disciplinado, quando devido, e quando não concedido através do fornecimento de refeição, será de **R\$ 22,00** (Vinte Dois reais) a partir do dia 01.02.2018. Se o benefício estiver sendo fornecido em valor superior, não poderá ser reduzido.

Parágrafo sexto: O benefício aqui previsto, quando devido, e quando não concedido através do fornecimento de refeição, deverá ser concedido mensalmente, num intervalo não superior à 30 (trinta) dias, em uma única oportunidade em relação a cada empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas fornecerão mensalmente e sem ônus para o (s) trabalhador (es) , a partir de **01.02.2018**, independente da jornada de trabalho, cartão alimentação magnético em valor nominal de **R\$ 83,00 reais (Oitenta e três reais)**.

Parágrafo primeiro: A concessão do benefício estabelecido nessa cláusula, não exclui a obrigatoriedade da observância da cláusula sobre o VALE REFEIÇÃO.

Parágrafo segundo: As empresas que já praticam esse benefício, ficam asseguradas as condições mais vantajosas aos empregados, inclusive para os casos de fornecimento in natura.

Parágrafo Terceiro: Fica garantida a concessão desse benefício para os empregados em plenas

atividades laborais e que possuam no máximo até **01 (uma)** falta justificada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VALE TRANSPORTE

As empresas se obrigam a conceder a seus empregados, mensal e antecipadamente, num intervalo não superior à 30 (trinta) dias, em uma única oportunidade em relação a cada empregado, vale transporte (físicos ou por cartões magnéticos) na quantidade necessária ao seu deslocamento de ida e volta ao serviço até o próximo fornecimento.

Parágrafo primeiro: O vale transporte segue custeado pelo beneficiário, no valor equivalente a 6% (seis por cento) do seu salário básico mensal, independentemente da escala que cumprir e a quantidade de passagens que utilizar.

Parágrafo segundo: Fica facultado às empresas abrangidas pela presente convenção converter o vale-transporte em espécie nas regiões em que não existe transporte coletivo público regular que atendam necessidades de horários de deslocamento, sem que, esta conversão, descaracterize a natureza do vale transporte, ou que seja considerado salário “in natura” ou jornada “in itinere”.

Parágrafo terceiro: O desconto do vale transporte só é e só será proporcional nos casos em que o empregado, por força de férias, benefício previdenciário, admissão, demissão, ou, acidente do trabalho, não tenha trabalhado todo o mês.

Parágrafo quarto: As empresas não poderão aplicar penalidade ao empregado que vier a faltar ao serviço quando a empresa não fornecer o vale-transporte dentro dos prazos estabelecidos nesta cláusula.

Parágrafo quinto: As partes ajustam que este benefício será devido proporcionalmente nos meses em que o empregado, por qualquer motivo, não esteve prestando serviços, ou seja, receber salários proporcionalmente. (por exemplo: mês da admissão, em casos de gozo de férias, troca de posto, afastamentos do serviço por qualquer motivo, etc.).

Parágrafo sexto: A não utilização, por parte do empregado, de vale transporte ou de meio de transporte disponibilizado pela empresa, implica na proibição de qualquer desconto de seus salários sob esta rubrica.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

Em cumprimento a Lei 11.901/2009 fica convencionado que as empresas contratarão Seguro de Vida em Grupo para os seus empregados efetivos ou temporários, mediante a contratação de seguradora de sua livre escolha, com as seguintes coberturas mínimas:

I - Em CASO DE MORTE NATURAL do empregado segurado será disponibilizada ao responsável a importância total de **R\$ 12.587,00 (doze mil quinhentos oitenta e sete reais)**, após a entrega dos documentos exigidos pela seguradora.

II - Em CASO DE MORTE ACIDENTAL OU INVALIDEZ PERMANENTE POR ACIDENTE do empregado segurado será disponibilizada ao responsável a importância total de **R\$ 18.971,00 (dezoito mil novecentos sessenta e um reais)**, após a entrega dos documentos exigidos pela

seguradora.

Parágrafo Primeiro: O Sindicato Laboral poderá criar através de corretora credenciada, uma apólice coletiva de seguros para atender os objetivos desta cláusula, sendo facultativa às empresas a coletiva de seguros para atender os objetivos desta cláusula, sendo facultativa às empresas a adesão a mesma.

Parágrafo Segundo: As empresas deverão encaminhar ao Sindicato Laboral cópia da apólice da contratação de seguros.

Parágrafo Terceiro: As empresas deverão adiantar ao responsável, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas a importância de **R\$ 1.188,00(um mil e cento e oitenta e oito reais)**, para as despesas de sepultamento, valor este que será ressarcido pela seguradora à empresa, no ato do pagamento do prêmio ao responsável.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

A empresa por livre escolha poderá firmar plano de assistência odontológica ou manter convênio com Sindicato Profissional caso esse disponibilize o serviço, o qual atenderá ou firmará convênios para atendimento odontológico, exceto prótese, a todos os funcionários, cabendo as empresas a responsabilidade de fornecer todos os meses a listagem de todos os empregados e sua constante manutenção.

Parágrafo Segundo: - As empresas fornecerão relação atualizada dos empregados, por mês, sob pena de multa de 5% (cinco por cento) do maior salário normativo da categoria, a ser revertida a favor do sindicato laboral.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONVÊNIOS

a) As empresas poderão firmar convênio farmácia para todos os trabalhadores desta categoria, para a compra de remédio, limitado a **15% (quinze por cento)** do piso salarial do Bombeiro Civil, com o desconto em folha de pagamento.

b) A empresa manterá convênio com a cooperativa de consumo e de crédito dos Bombeiros Civis(quando for criada) ,conforme prevê o artigo 514 em seu parágrafo único letra a) da CLT,ou quando o sindicato firmar parceria com financeiras para empréstimo consignado, para todos os trabalhadores da categoria, limitado a desconto de 35% (trinta e cinco por cento) mensal do piso salarial do Bombeiro Civil, com o desconto em folha de pagamento e repasse a instituição.

Parágrafo Único: Serão garantidas as condições atuais desde que sejam mais benéficas aos trabalhadores;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ASSISTENCIA JURÍDICA PELAS EMPRESAS

As empresas obrigam-se a prestar Assistência Jurídica, nos casos em que o empregado responder processo (ou inquérito policial) por ato comprovadamente praticado no correto exercício e zelo para a boa prestação dos serviços. Havendo recusa por parte do trabalhador pela assistência escolhida pela empresa, ele custeará integralmente, por conta própria, todos os custos oriundos com o processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - GARANTIA CONTRA DESPEDIDA ÀS VÉSPERAS DA APOSENTADORIA

Fica garantida a estabilidade provisória para o empregado que contar ou vier a contar com vinte e nove e ou trinta e quatro anos de contribuição previdenciária reconhecida pela previdência social, que deverá fornecer comprovante de tal situação, e, contar com mais de 10 anos contínuos de relação de emprego com seu atual empregador será garantido o emprego até a data que completar, respectivamente, trinta ou trinta e cinco anos de contribuição previdenciária, se, e somente se, ele comunicar este fato, por escrito, ao seu empregador no prazo de 30 dias, do enquadramento nessa hipóteses.

Contrato de Trabalho - Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/ Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PROFISSÃO OU CARGO – REGISTRO NA CTPS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - COMUNICAÇÃO DO MOTIVO DA PENALIDADE

As empresas farão registrar na CTPS, a profissão. Cargo ou função dos empregados, vedadas expressões que descaracterizem as atividades exercidas.

Parágrafo primeiro: Para a contratação de trabalhadores para executarem as funções de Bombeiros Civis (CBO 5171). Os mesmos deverão estarem qualificados para tanto em observância a legislação Federal e Estadual estabelecidas para esta profissão.

DESLIGAMENTO / DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CARTA DE AVISO DE DISPENSA

O empregado dispensado sob a alegação de prática de falta grave deverá ser avisado do fato , por escrito e contra recibo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – COMUNICAÇÃO DO MOTIVO DA PENALIDADE

As empresas comunicarão por escrito conforme previsão legal, ao empregado os motivos de sua dispensa, no caso de justa causa, bem como nos casos de suspensões disciplinares e advertências que lhe forem aplicadas, sob pena da mesma ser presumida injustificada e improcedente.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AVISO PRÉVIO

Concedido o aviso prévio, deste deverá constar obrigatoriamente:

- a) a sua forma (se deverá ser trabalhado, indenizado ou dispensado do cumprimento);
- b) as opções para redução da jornada diária, dos dias de trabalho, ou dispensa de cumprimento;
- c) a data e local do pagamento das verbas rescisórias.
- d) Após um ano de trabalho a homologação da rescisão contratual será no sindicato laboral.

Parágrafo primeiro: Quando do aviso prévio concedido pela empresa, se a opção do empregado for pela redução de 2 (duas) horas no seu horário normal de trabalho, este período poderá ser usufruído no início ou no fim da jornada também por opção do empregado.

Parágrafo segundo: Ficam as empresas obrigadas a fazer constar das cartas de demissão por justa causa a previsão legal.

Parágrafo terceiro: Considerando que a data base da categoria é 1º de fevereiro, estipulam que o tempo do aviso prévio, mesmo indenizado, conta-se para efeito da indenização adicional do artigo 9º da Lei nº 7238/84. Assim, projetado o aviso prévio, se o seu final ocorrer no mês de janeiro, a indenização adicional será devida. Entretanto, projetado o aviso prévio indenizado, se o seu final não ocorrer no mês de janeiro, a indenização adicional não será devida.

Parágrafo quarto: O empregado poderá ser dispensado do cumprimento do aviso prévio dado pela empresa quando assim requerer por ter obtido novo emprego, oportunidade em que só fará jus ao aviso prévio pelo período que cumpriu do mesmo.

Parágrafo quinto: Para a homologação de rescisão contratual, as empresas deverão observar a Instrução Normativa SRT nº 15/2010.

RELAÇÕES DE TRABALHO- CONDIÇÕES DE TRABALHO , NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES.

QUALIFICAÇÃO / FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – TREINAMENTO, CURSO, QUALIFICAÇÃO

A reciclagem dos Bombeiros Civis, renovável a cada período de 18 (Dezoito) meses, serão de iniciativa das empresas conforme previsto na **lei federal 11.901/09**, sem ônus para os trabalhadores.

Parágrafo quinto: Fica determinado que somente na hipótese dos cursos e/ ou treinamentos e, reciclagens necessárias ao desempenho das funções iniciarem imediatamente após as 12 horas de trabalho, o empregado terá direito a uma folga compensatória.

CONTEÚDO MÍNIMO PARA RECICLAGEM BOMBEIRO CIVIL

Conteúdo	Teoria	Prática
Noções Primeiros Socorros	02 h aula	08 h aula
Técnica do Material de bombeiro	02 h aula	08 h aula
Prevenção e Combate à incêndio	02 h aula	08 h aula
Noções de Salvamento e resgate	02 h aula	08 h aula
Período de 45 minutos hora aula		TOTAL = 40 h aula

CONTEÚDO MÍNIMO PARA FORMAÇÃO DE BOMBEIRO CIVIL

Disciplina	Teoria	Prática
Legislação Aplicada a Função	28 h aula	
Noções de Primeiros Socorros	40 h aula	10 h aula
Noções de Salvamento	40 h aula	10 h aula
Noções de Produtos Perigosos	28 h aula	
Prevenção de incêndio	29 h aula	10 h aula
Combate à incêndio	29 h aula	10 h aula
Prova Final		06 h aula
TOTAL DE HORAS AULA DO CURSO		240 h aula
Média Final para aprovação = 70%		

Parágrafo Segundo: Caso, antes de completar um ano na empresa o trabalhador se demita ou ocorra a sua dispensa por justa causa, deverá o mesmo reembolsar o custo com treinamento, curso ou reciclagem à empresa na base de 1/18 (um dezoito avos) do piso atualizado por mês não trabalhado, assegurado o máximo de desconto de 50% (cinquenta por cento) do piso salarial.

Parágrafo Terceiro: O trabalhador dispensado sem justa causa, três meses antes do término de validade do treinamento, curso ou reciclagem, caberá à empresa custear a integralidade do respectivo treinamento, curso ou reciclagem, salvo, se a dispensa ocorrer por justa causa ou por pedido de demissão.

Parágrafo Quarto: Quando da realização de cursos de formação, treinamento e/ou reciclagem dos empregados beneficiários por esta norma coletiva conforme **lei federal 11.901/09**, deverão ser realizados em escolas ou Centro de Treinamentos, credenciadas no CBM - Corpo de Bombeiros Militar do RS conforme prevê o Decreto/RS 53.897 de 25 Janeiro de 2018 em seu art. 2º itens X e XI, ou enquanto não houver o credenciamento acima, em local cadastrado na entidade Laboral representativa da categoria.

Parágrafo Quinto: No caso de não comparecimento nos dias previsto para o curso, o empregado deverá apresentar a justificativa legal em 48 horas, a fim de que seja reprogramada nova data de treinamento.

Parágrafo Sexto: A não observância do prazo acima ou ainda no caso de falta injustificada, o EMPREGADO terá que apresentar a empresa sua reciclagem atualizada até a data de vencimento.

Avaliação de Desempenho

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - TESTE

A realização de testes práticos operacionais não poderá ultrapassar a 4 (quatro) horas.

Transferência setor/empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL

Em havendo necessidade de substituição de empregado afastado por gozo de férias ou por incapacidade laboral, doença ou acidente de trabalho, gestação e parto, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por empregado do próprio quadro, as empresas garantem ao substituto o mesmo salário do substituído, pelo período que durar a substituição. Devendo essa substituição ser autorizada por escrito pela empresa.

Igualdade de Oportunidades

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PREENCHIMENTO DE VAGAS

As empresas darão preferência ao remanejamento interno de seus empregados em atividades, para preenchimentos de vagas de níveis superiores. Sempre que possível, as empresas darão preferência à readmissão de ex-empregados.

Estabilidade Aborto

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE EM CASO DE ABORTO

Em caso de aborto não provocado, não criminoso, nos termos legais, devidamente comprovado e desde que, comunicada a gravidez pela empregada à empresa, a empregada terá direito a uma estabilidade de 30 (trinta) dias a contar-se da data do aborto.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - REVISTA

As empresas que adotarem o sistema de revista de trabalhadores, o farão por pessoa do mesmo sexo e de maneira respeitosa.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas contratantes da mão de obra do Bombeiro Civil, por ocasião de novas contratações apartir da homologação dessa Convenção Coletiva de Trabalho, preencherão sempre que possível vagas existentes, profissionais do sexo feminino.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - HORÁRIO DE TRABALHO

Não serão descontadas, nem computadas como jornada de trabalho as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 10 (dez) minutos diários.

Parágrafo primeiro: As empresas poderão fazer redução no horário de refeição e descanso nas empresas tomadoras que tiverem comprovada autorização do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo segundo: Ficam as empresas autorizadas a estabelecerem escalas em regime de compensação horária, para os beneficiários dessa CCT que **não executam a atividade de Bombeiro Civil**, de forma que o excesso de horas de um dia seja compensado pela correspondente diminuição em outro dia.

Parágrafo Terceiro: Os empregadores deverão manter um local adequado para descanso dos seus empregados nos intervalos de plantões.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FÉRIAS

Nos termos do artigo 134 da CLT as empresas comunicarão aos empregados, com 30 (trinta) dias de antecedência, à data do início do período de gozo de férias individual. O início das férias não poderá coincidir com os sábados, domingos, feriados ou dias já compensados.

Parágrafo primeiro: Ao empregado estudante, preferencialmente, as férias deverão coincidir com as férias escolares.

Parágrafo segundo: As empresas poderão, desde que com anuência do empregado, conceder as férias em três períodos, sendo que um dos períodos não poderá ser inferior a 14 (Quatorze) dias e de cinco dias, no mínimo, para os dois remanescentes.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORMES , EQUIPAMENTOS E ROUPAS DE TRABALHO

A empresa fornecerá gratuitamente aos seus empregados uniformes na admissão do empregado e crachás se for o caso, Equipamentos de Proteção Individual conforme NR 06 do MTE, os quais deverão ser devolvidos no estado de conservação que se encontrar, por ocasião da rescisão de contrato de trabalho, caso contrário a quantia ao valor equivalente será descontada nas verbas

rescisórias.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EXAMES MÉDICOS

As empresas se obrigam a realizar por sua conta, sem ônus para os empregados, todos os exames médicos admissionais, periódicos e demissionais, nos termos da NR-7 e da Portaria 3.214/1978.

Parágrafo Único: O exame médico demissional será dispensado sempre que houver sido realizado qualquer outro exame médico obrigatório em período inferior a 135 dias, para empresas de grau de risco 1 ou 2 e inferior a 90 dias para empresas de grau de risco 3 ou 4, conforme item 7.4.3.5 da NR-7. Esses prazos poderão ser ampliados em até mais 135 dias ou mais 90 dias, respectivamente, em decorrência de negociação coletiva, com assistência de profissional indicado de comum acordo entre as empresas e os Sindicatos Patronal e Laboral, conforme o item 7.4.3.5.1 da NR-7.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - Aceitação de Atestados Médicos

Nos atestados médicos e odontológicos deverão constar o código do CID e o CRM do médico para que possam ser reconhecidos pelas empresas para a justificativa de falta e atrasos; quando forem emitidos por hospitais da rede pública, integrados ao sistema SUS e, ou de hospitais ou profissionais médicos da rede particular ou vinculados aos convênios, e quando emitidos por profissionais que atendam pelos convênios firmados com a empresa, e os seus empregados e/ou contratados pelo Sindicato dos Empregados e/ou pelos próprios empregadores.

Parágrafo primeiro: Os atestados médicos só serão válidos se atenderem os requisitos legais estabelecidos pela Portaria No. 3.291 de 20.02.84 do Ministério da Previdência Social. Na oportunidade o empregado deverá declarar se a moléstia que ensejou a emissão do atestado é ou não é a mesma que possa ter ensejado a emissão de outro(s) atestado(s) nos últimos 90 dias.

Parágrafo segundo: Fica o empregador obrigado a realizar os exames médicos admissionais, periódicos e demissionais nos termos e conforme determina a NR-7 da Portaria nº 3.214/78. A escolha dos profissionais e/ou entidades é faculdade do empregador, devendo recair sobre médico do trabalho.

Parágrafo terceiro: Todo e qualquer atestado médico deve ser entregue ao empregador em 48 horas por qualquer meio eletrônico, sob pena de não ser considerado como justificativa de falta ao serviço. O original deverá ser entregue no primeiro dia de retorno do empregado ao trabalho.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão à disposição de seus empregados, caixa de primeiros socorros, equipadas com materiais necessários para ocorrências emergenciais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - FORMULÁRIOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas deverão preencher a documentação exigida pela Previdência Social, quando solicitada pelo empregado, e fornecê-la nos seguintes prazos máximos:

- I) Para fins de auxílio doença 05 (cinco) dias úteis;
- II) Para fins de aposentadoria 10 (dez) dias úteis;
- III) Ficam ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes.

RELAÇÕES SINDICAIS

Representante Sindical

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – REPRESENTANTE SINDICAL

Ao empregado eleito para cargo de direção ou representação Sindical, fica assegurada a estabilidade no emprego durante a gestão sindical, conforme artigo 543 & 3º do Decreto Lei Federal 5452/1943, e serão abonadas, para todos os fins, as ausências em decorrências de convocação de entidade sindical, no limite de 02 (dois) dias por mês , na proporção de 01(um) liberado para cada 30 (trinta) trabalhadores, sem prejuízo na sua remuneração, inclusive repouso remunerado, férias, 13º salário, adicionais e demais direitos, desde que a empregadora seja avisada por escrito, pela entidade profissional, com no mínimo , 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRISÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

A empresa descontará de todos os trabalhadores sindicalizados ou não, abrangidos por esta norma coletiva, uma contribuição de 2% (dois por cento), do salário nominal, mensalmente, de cada empregado, aprovada pela Assembleia dos trabalhadores da empresa realizada na forma legal, conforme art. 8º da Constituição Federal, Item IV, sob a rubrica de Contribuição Assistencial e, será recolhida em conta bancária especial do Sindicato dos Bombeiros Civis do Estado do Rio

Grande do Sul, mediante guia fornecida às empresas.

Parágrafo Primeiro: podendo o trabalhador se manifestar pelo direito de oposição por escrito e individualmente na sede da entidade 10 (dez) dias antes do primeiro desconto.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL DOS EMPREGADOS

A empresa descontará de todos os trabalhadores sindicalizados ou não, abrangidos por esta norma coletiva, uma contribuição de 3% (Três por cento), do salário nominal, no mês de Novembro, aprovada pela Assembleia dos trabalhadores das empresas realizada na forma legal, conforme art. 8º da Constituição Federal, Item IV, sob a rubrica de Contribuição Negocial e, será recolhida em conta bancária especial do Sindicato dos Bombeiros Civis do Estado do Estado do Rio Grande do Sul, mediante guia fornecida às empresas.

Parágrafo Primeiro: podendo o trabalhador se manifestar pelo direito de oposição por escrito e individualmente na sede da entidade 10 (dez) dias antes do primeiro desconto.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

O recolhimento da arrecadação mensal das contribuições acima estabelecidas, em cada empresa, será efetuado em favor da entidade sindical dos empregados até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido. Após este prazo haverá atualização na forma do parágrafo único da presente cláusula.

Parágrafo Primeiro: A falta de recolhimento das contribuições fixadas na presente Convenção ou seu recolhimento após o prazo, serão corrigidas com juros capitalizados de **1% (um por cento)** ao mês, acrescida de multa de **10% (dez por cento)**.

Parágrafo Segundo: Os empregadores encaminharão ao sindicato profissional cópias das guias da contribuição sindical quando houver, da contribuição assistencial e negocial (se for o caso), acompanhado de relação nominal dos empregados que por ventura já não esteja arquivado no sindicato, em um prazo de 10 (dez dias) após o recolhimento.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - QUADRO DE AVISOS

É permitida a divulgação de avisos pelo sindicato profissional, em quadro mural nas empresas, desde que despídos de conteúdo político-partidário ou ofensivos.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CERTIDÃO NEGATIVA PARA FINS DE LICITAÇÃO

A entidade sindical profissional está obrigada a fornecer às empresas, desde que solicitado com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, certidão negativa da inexistência de débito junto às mesmas, relativo às contribuições dos empregados e das empresas abrangidas pela presente Convenção. Para fazer jus a tal certidão, as empresas requerentes deverão comprovar no mesmo prazo, a regularidade dos recolhimentos , assistencial e negocial devido até o mês imediatamente anterior.

DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA- PRAZOS E OUTRAS MULTAS

As empresas se obrigam a cumprir rigorosamente, os prazos estabelecidos na presente Convenção, sob pena de multa e outras penalidades fixadas neste instrumento. No caso de descumprimento de qualquer uma das demais cláusulas a empresa pagará em favor do Sindicato Laboral multa de 2% (dois por cento) sobre o montante eventualmente devido, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ASSINATURAS

ANTE O ACIMA EXPOSTO, e atendendo às disposições do art. 614 e seus parágrafos da CLT, depositam a presente convenção coletiva de trabalho junto a SRTE/RS, requerendo seja procedido o seu registro e arquivamento, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

VANDER MORALES
Presidente

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DE EMPRESAS DE RECURSOS HUMANOS,
TRABALHO TEMPORÁRIO E TERCEIRIZADAS- FENASERHTT**

VILMAR OLIVEIRA DA ROSA
Presidente
**SINDIBOMBEIROS/RS - SINDICATO DOS BOMBEIROS CIVIS DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL**